PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA

Estado do Paraná

Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 007/2026

CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR

O MUNICIPIO DE GUAPOREMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa interessar, que realizará a contratação direta via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

1. DA CONTRATAÇÃO

1.1 OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, contemplando a elaboração de laudos avaliações psicossociais e a gestão e envio dos eventos de SST ao e-Social, para atender aos servidores do Município de Guaporema/PR.

1.2 INICIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 05/08/2026 às 09:00 HORAS até **11/08/2026 às 08:00 HORAS.**

1.3 DATA E HORÁRIO DE INICIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 11/08/2026 às 08:15.

1.4 DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (seis) horas.

1.5 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço POR LOTE.

1.6 MODO DE DISPUTA: Aberto.

1.7 VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R$43.222,45 (quarenta e três mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).

1.8 LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://www.bll.org.br.

1.9 REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

1.10 INFORMAÇÕES:

1.10.1 Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Rua Pará, 86, Guaporema - PR, **OU** por meio do Telefone (44) 3684-1206 ou pelo e-mail licitacao@guaporema.pr.gov.br ou pela plataforma bllcompras.com

1.10.2 Para acompanhar a presente contratação, o proponente deverá acessar o site www.bll.org.br.

1.11 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.11.1 A Dispensa será realizada em sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, por meio do **Sistema de Dispensa, na Forma Eletrônica BLL.ORG.BR**

1.11.2 Os trabalhos serão conduzidos por **SERVIDOR RESPONSÁVEL da PREFEITURA DE GUAPOREMA – designado** pela autoridade competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica do www.bll.org.br.

.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, **esta contratação é reservada à participação exclusiva de MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).**

2.2 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço **https://www.bll.org.br/,** para acesso ao sistema e operacionalização;

2.2.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS TÉCNICOS QUE INVIABILIZEM O CADASTRO DO FORNECEDOR NA PLATAFORMA A TEMPO DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, BEM COMO POR ORIENTAR O SISTEMA. DESTE MODO, RECOMENDA-SE QUE OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRESENTE CONTRATAÇÃO, EFETUEM O CADASTRO O MAIS BREVE POSSÍVEL, DE MODO A EVITAR TRANSTORNOS POR QUESTÕES RELATIVAS À INTERNET OU À INCOMPATIBILIDADE DE *HARDWARE*, *SOFTWARE* OU QUAISQUER OUTRAS QUESTÕES QUE POSSAM PREJUDICAR A PARTICIPAÇÃO DO PROPONENTE. EM CASO DE DÚVIDA, O PROPONENTE DEVERÁ CONTATO DIRETAMENTE COM A PLATAFORMA **BLL.ORG.BR.**

2.2.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada – diretamente ou por seu representante – no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do processo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.3.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu (s) anexo (s);

2.3.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista

ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2 Aplica-se o disposto no item “c)” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.3.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.4 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16, da Lei nº14.133/21.

2.4.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, poderão ser estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do processo.

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o Contratado.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4. FASES DE LANCES

4.1 A partir da data e do horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste instrumento.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3 O licitante poderá oferecer lance de I**GUAL A UM A UM EXISTENTE e** para atender a lei 14.133/21, Art. 60, foi criada a fase de "**DESEMPATE FINAL"** que só será executada se o melhor lance na classificação foi dado por mais de um licitante. Nessa fase só serão permitidos lances por parte dos licitantes empatados, os quais serão sigilosos até o final da fase.

.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é sem limites, podendo ser estipulado pelo servidor responsável, no ato do certame.

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 Durante a sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do participante.

4.6 No caso de desconexão com o servidor responsável, no decorrer da etapa competitiva da Dispensa, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances.

4.7 Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haverá negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do processo de dispensa eletrônica.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1 Contiver vícios insanáveis;

5.5.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços – global ou unitário

– simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 Erros no preenchimento da planilha (quando for o caso) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observando o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 Habilitação imediata dos Arrematantes

6.1.1 Os participantes encaminharão os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema, devendo realizar ***upload*** **dos documentos relacionados no termo de referência deste aviso**, no prazo estabelecido no item 1.2, que servirão para **adjudicação**, bem como para justificativa de possíveis desclassificações.

6.1.2 . Quando um item for arrematado, o Agente de Contratação realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação. Caso o participante não tenha realizado o procedimento exigido no item 6.1.1, este será considerada inabilitado.

6.1.2.1 Esses documentos só estarão disponíveis aos participantes, após o encerramento da disputa da Dispensa.

6.2 Em caso de incongruências no documento apresentado/anexado, o **Agente de Contratação** poderá

diligenciar a fim de solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma **BLL.ORG.BR**, quanto às declarações contidas no referido termo;

6.2.1 O prazo para a manifestação indicada no subitem anterior será informado pelo **Agente de Contratação** na **BLL.ORG.BR;**

6.2.3 Manifestações encaminhadas fora do prazo estipulado no subitem anterior serão desconsideradas;

6.2.4 A diligência prevista no subitem 6.3 não se aplica para fornecedores que deixaram de anexar a Declaração de Responsabilidade Unificada.

6.3 Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma **BLL.ORG.BR.**

7. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

7.1 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do fornecedor, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.

7.1.1 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.1.2 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Negativa de Débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.2 A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

7.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em contratações públicas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.3.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminha- lós, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.6 Será inabilitado o participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.6.1. Na hipótese de o participante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o participante será habilitado.

8. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Aviso, o fornecedor será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da contratação pelo próprio Agente de Contratação, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

8.2 O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de GUAPOREMA/PR e em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e artigo 19.

8.3 A partir do ato de homologação, será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, ou documento equivalente bem como para sua retirada na Diretoria de Licitações e Contratos, respeitada a validade de sua proposta.

9. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou prestar aceite em instrumento equivalente conforme Art. 95 da lei 14.133/21, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1 O prazo previsto para assinatura do contrato ou para o aceite em instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

9.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2 O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.3.3 O contratado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137e 138, da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses** ou até a finalização da entrega/execução do objeto, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

9.4.1 Prazo de entrega dos materiais / execução dos serviços: conforme termo de referência.

9.5 Na assinatura do contrato ou do aceite em instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, as quais deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.

9.6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal de GUAPOREMA-Pr., à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

9.6.1 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Contratado e seu vencimento ocorrerá após sua reapresentação.

9.6.2 As notas fiscais deverão ser apresentadas na entrega dos produtos.

9.6.3 O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta corrente em nome do Contratado.

9.7 Os custos das aquisições resultantes da presente contratação serão cobertos com recursos provenientes da (s) seguinte (s) Dotação (ões) orçamentária (s):

Fonte de recursos	Valor: **R$43.222,45**
Código para despesa	100, 230, 4010, 900, 1380, 1550, 1700, 4060
Fonte de despesa	0000, 104, 303
Natureza de despesa	3.3.90.39.05.00 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

9.8 Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

9.9 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA-PR., com CNPJ nº 75.378.844/0001-70**, com as informações contidas na Nota de Empenho.

9.10 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

9.10.1 Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12 deste Aviso, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa:

d.1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até limite de 30 (trinta) dias;

d.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

d.2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d.3) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

10.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Aviso ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O processo será divulgado na **Plataforma BLL.ORG.BR – https://www.bll.org.br,** no Portal de Transparência da Prefeitura de Guaporema www.guaporema.pr.gov.br e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

11.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (processo fracassado), a Administração poderá:

11.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao processo, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas;

11.2.3 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste processo;

11.2.4 Fixar prazo para adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3 As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (processo deserto).

11.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo servidor responsável designado pela Administração na respectiva notificação.

11.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste processo e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao processo.

11.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.

11.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.13 O foro de cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta Dispensa de Licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

11.14 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.14.1 ANEXO I – Termo de Referência;

11.14.2 ANEXO II – Modelo de Proposta;

11.14.3 ANEXO III – Modelo de Credenciamento;

11.14.4 ANEXO IV – Declaração de Responsabilidade Unificada;

11.14.5 ANEXO V – Minuta de Contrato.

Guaporema, 04 de agosto de 2026.

GILBERTO CASTIGLIONI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA

Estado do Paraná

Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

Departamento: Secretaria Municipal de Administração

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, contemplando a elaboração de laudos avaliações psicossociais e a gestão e envio dos eventos de SST ao e-Social, para atender aos servidores do Município de Guaporema/PR, nos termos da tabela abaixo.

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
001	001	Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) anual, com respectivas avaliações, elaborado por engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho devidamente registrado no CREA e/ou CRM/RQE, conforme NR-01, aprovada pela portaria SEPRT n.º 6730/2020 e atualizações posteriores, bem como demais legislações aplicações de segurança e saúde do trabalho.	Unidade	01	R$4.198,13	R$4.198,13
001	002	Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional. Elaborar, atualizar, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do Relatório Anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO com fornecimento dos exames necessários identificados no PCMSO e do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP observando o disposto na NR-7, Portaria SEPRT n.º 6734, de 09 de março de 2020 e atendimento ao e-Social, e Coordenar o PCMSO. Incluindo	Unidade	01	R$4.980,02	R$4.980,02

		exames admissionais, demissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e de mudança de riscos ocupacionais, bem como exames clínicos e complementares necessários. Enviar os dados para e-Social conforme S-2220 ou norma que o substituir.				
001	003	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, elaboração conforme IN do INSS. Enviar os dados para e-Social conforme S-2240 ou norma que o substituir.	Unidade	01	R$4.469,35	R$4.469,35
001	004	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Unidade	01	R$5.396,45	R$5.396,45
001	005	Avaliações Psicossociais, nos termos da NR-01 do Ministério do Trabalho e Emprego, emitida por psicólogo.	Unidade	250	R$56,67	R$14.167,50
001	006	Elaboração do PPP – Perfil Profissiográfico dos servidores em formato eletrônico conforme exigências do Esocial, da IN Pres/INSS N.º 128/2022, a partir de estudos das atividades realizadas e análises profissiográficas	Unidade	100	R$100,11	R$10.011,00

O objeto desta contratação classifica-se como **serviço comum**, tendo em vista que seus padrões de desempenho, qualidade e execução podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações técnicas usuais e consagradas pelo mercado de Saúde Ocupacional.

Em estrita observância ao art. 20 da Lei nº 14.133/2021, atesta-se que a presente demanda **não se enquadra como contratação de artigo ou serviço de luxo**, tratando-se de serviço de necessidade estritamente legal, sanitária e preventiva, voltado à manutenção da máquina pública.

Tendo em vista a necessidade de envio ininterrupto das obrigações acessórias ao e-Social e a rotina de exames médicos dos servidores, o objeto classifica-se como **serviço e fornecimento contínuo**.

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual ou da emissão da Ordem de Serviço, na forma e nos limites previstos nos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021.

A minuta do Termo de Contrato (ou instrumento equivalente) anexa a este procedimento oferecerá o detalhamento pormenorizado das regras de execução, bem como as condições em que o

Município poderá avaliar a vantajosidade econômica para eventuais prorrogações sucessivas da vigência.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se amparada e regulada pelas seguintes diretrizes jurídicas, técnicas e regulamentares:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em especial os artigos referentes a serviços contínuos;

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em seu Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho);

Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com destaque para a NR-01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), NR-07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), NR-09 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos) e NR-17 (Ergonomia);

Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999 (Regulamento da Previdência Social), no tocante à emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT);
Portarias e Resoluções Conjuntas do Comitê Diretivo do e-Social, que normatizam a obrigatoriedade e os prazos de transmissão das informações de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

O Município de Guaporema/PR conta atualmente com uma força de trabalho ativa de aproximadamente 250 servidores públicos, distribuídos em uma gama diversificada de ambientes, atribuições e cargas de exposição a riscos de natureza física, química, biológica, ergonômica e de acidentes. Os servidores estão lotados desde setores essencialmente administrativos (Paço Municipal e Secretaria de Assistência Social) até postos operacionais complexos e de alto desgaste ocupacional (Secretaria de Saúde, Educação, Pátio Rodoviário, Serviços de Limpeza Pública, Agricultura e Meio Ambiente).
Nesse panorama de alta capilaridade de funções, a caracterização precisa do ambiente laboral não é apenas uma formalidade burocrática, mas uma necessidade intrínseca de gestão pública para:

Aferição e Legalidade no Pagamento de Adicionais e Aposentadorias: A elaboração de um Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) robusto e atualizado garante que os adicionais pecuniários constitucionais sejam adimplidos exclusivamente aos servidores que desempenham atividades nocivas à saúde, de forma fundamentada, evitando-se o pagamento indevido de verbas públicas ou, inversamente, a supressão inadequada de direitos dos trabalhadores, bem como fornece subsídios técnicos exatos para a elaboração do PPP;

Proteção à Saúde de Categorias Específicas (ACS/ACE): A natureza predominantemente de campo e de exposição continuada a agentes biológicos e climáticos inerente às atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) exige o acompanhamento constante das suas aptidões físicas e o direcionamento preventivo dos exames de saúde laboral;

Atenção Psicossocial: As transformações nas dinâmicas de atendimento público impõem a urgência de avaliar de forma científica o desgaste psicossocial e a integridade mental dos servidores, em especial aqueles que lidam em frentes de estresse direto, mitigando o absenteísmo e as licenças médicas de caráter psiquiátrico.

Da Conformidade Tecnológica e Fiscal com o e-Social

Para além das obrigações clínicas e de engenharia de segurança, o fator centralizador e impulsionador da contratação é a conformidade fiscal do município perante a Receita Federal e o Ministério do Trabalho no que se refere ao sistema federal de escrituração digital (e-Social). O envio contínuo, parametrizado e sob rígidos prazos legais dos eventos de SST (S-2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho, S-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador, e S-2240 - Condições Ambientais do Trabalho) constitui obrigação com risco iminente de aplicação de penalidades automáticas ao ente federativo. Como o Município de Guaporema não possui software próprio de mensageria validado pela Receita Federal, tampouco equipe de pessoal habilitada para o manejo diário destas transmissões em XML, justifica-se a necessidade imperativa de que a empresa contratada ofereça suporte sistêmico e assuma a reponsabilidade direta pelas validações técnicas e pela devida transmissão de dados fiscais ao Governo Federal

Da Justificativa do Não Parcelamento (Lote Único)

Visando resguardar a coerência técnica das informações prestadas, afastar o "jogo de empurra" em casos de inconsistências no envio de dados de saúde ao e-Social e garantir a economia de escala do certame licitatório, fica estabelecido que o objeto deste termo será adjudicado sob a sistemática de Lote Único. A modelagem em grupo unificado impede que dados gerados por análises

ambientais divergentes (PGR) venham a orientar de forma desconexa a elaboração dos exames clínicos (PCMSO) e a consequente emissão do PPP, blindando a segurança técnica do município em sua integralidade operacional.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A prestação dos serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho abrangerá a elaboração de programas, laudos, do PPP, execução de exames ocupacionais e gestão sistêmica de dados, devendo a Contratada executar as seguintes atividades para o universo estimado de 250 (duzentos e cinquenta) servidores do Município:

Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

A Contratada deverá elaborar, implementar e manter atualizado o PGR, em estrita obediência à NR-01 do Ministério do Trabalho e Emprego, contemplando, no mínimo:

Realização de visitas técnicas e inspeções in loco em todas as secretarias, unidades de saúde, escolas e frentes de trabalho da Prefeitura Municipal de Guaporema/PR.

Levantamento preliminar e identificação exaustiva dos perigos e avaliação dos riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes).

Elaboração do Inventário de Riscos Ocupacionais e do Plano de Ação, estabelecendo cronograma, metas e medidas de prevenção, mitigação ou eliminação.

Atualização anual obrigatória ou sempre que houver modificações nas tecnologias, ambientes, processos ou organização do trabalho que impliquem em novos riscos.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)

O PCMSO deverá ser elaborado e coordenado por Médico do Trabalho, em conformidade com a NR-07, utilizando como base as diretrizes e os riscos mapeados no PGR, contemplando:

Definição da matriz de exames médicos clínicos e complementares exigidos para cada função/cargo, estabelecendo as respectivas periodicidades.

Emissão de relatório analítico anual, contendo o número e a natureza dos exames realizados, avaliações clínicas e estatísticas de anormalidades detectadas.

O Médico Coordenador da Contratada será o responsável técnico por validar atestados, orientar a Prefeitura em casos de nexo causal em doenças ocupacionais e assinar as diretrizes do programa.

Laudos Ambientais e Trabalhistas (LTCAT, LIP e PPP)

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT): Elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, em conformidade com a legislação previdenciária (Lei nº 8.213/91). O LTCAT será a base exclusiva para o preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e para a geração do evento S-2240 do e-Social, definindo a existência ou não de direito à aposentadoria especial.

Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP): Elaborado em conformidade com as NR-15 e NR-16. O LIP deverá apresentar conclusão pericial objetiva, indicando nominalmente os cargos/funções e os respectivos graus (mínimo, médio ou máximo) para o pagamento de adicionais constitucionais na folha de pagamento da Prefeitura, resguardando o erário contra pagamentos indevidos.

Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP): Elaboração do PPP dos servidores em formato eletrônico conforme exigências do e-Social e da IN Pres/INSS N.º 128/2022, estruturado a partir de estudos das atividades realizadas e análises profissiográficas consubstanciadas no LTCAT e no PCMSO.

Exames Ocupacionais (ASO) e Avaliações Psicossociais

A Contratada deverá disponibilizar infraestrutura (clínica própria ou rede credenciada) para a realização contínua de:

Exames Clínicos e Complementares: Admissionais, Periódicos, de Retorno ao Trabalho, de Mudança de Riscos Ocupacionais e Demissionais, com a respectiva emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) em 02 (duas) vias (uma para o prontuário da Prefeitura e outra para o servidor).

Avaliações Psicossociais: Realizadas por psicólogo com registro ativo no CRP, mediante aplicação de testes validados pelo Conselho Federal de Psicologia, com foco na avaliação de estresse ocupacional e aptidão mental. As avaliações seguirão a periodicidade estabelecida no PCMSO, com foco prioritário em cargos de alta tensão (ex: saúde, educação, operadores de máquinas pesadas e motoristas).

Sistema Informatizado e Gestão da Mensageria (e-Social)

A Contratada deverá fornecer software próprio ou Federal de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), parametrizado com os leiautes atualizados do Governo Federal, assumindo a integral responsabilidade técnica pela geração e transmissão dos arquivos XML. O escopo compreende:

S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT): Transmissão até o primeiro dia útil seguinte

ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato.

S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador): Transmissão dos dados de todos os ASOs emitidos até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da realização do exame.

S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho - Fatores de Risco): Carga inicial de todos os 250 servidores ativos e transmissão contínua de admissões ou alterações de risco até o dia 15 (quinze) do mês subsequente.

Comprovação: A Contratada deverá disponibilizar à Fiscalização da Prefeitura, mensalmente, os recibos eletrônicos de entrega validados pelo portal do e-Social para atestar o efetivo cumprimento da obrigação.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

A contratação seguirá o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não há indicação de marcas ou modelos.

Da exigência de carta de solidariedade

- Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor.

Subcontratação

Regras e Limites de Subcontratação Fica expressamente vedada a subcontratação dos serviços de elaboração do PGR, PCMSO, LTCAT, LIP, elaboração do PPP, envio de eventos ao e-Social e a coordenação médica do contrato.

Exceção Permitida: Será admitida a subcontratação de rede credenciada única e exclusivamente para a realização de exames complementares (laboratoriais, radiológicos, toxicológicos, audiometria, eletrocardiograma, etc.), desde que a clínica credenciada possua Alvará Sanitário vigente e registro regular no respectivo conselho de classe, permanecendo a Contratada principal

como única responsável perante a Prefeitura por eventuais falhas.

Garantia da contratação

- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, sendo dividida em etapas operacionais com prazos distintos:

Fase de Implantação (Laudos Iniciais): O prazo para a realização dos levantamentos de campo e a entrega das versões definitivas dos programas e laudos iniciais (PGR, PCMSO, LTCAT, LIP e PPP) é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS) e/ou Nota de Empenho.

Fase de Execução Contínua (e-Social e Exames): A realização dos exames clínicos (ASO) ocorrerá sob demanda, conforme os prazos estipulados no PCMSO. A geração e transmissão dos eventos de SST ao e-Social (S-2210, S-2220 e S-2240) deverão ocorrer mensalmente, respeitando rigorosamente os prazos limite estabelecidos pela Receita Federal.

Da Prorrogação de Prazos Caso não seja possível a entrega dos laudos ou a execução de determinado serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar formalmente as razões com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência ao término do prazo, para que o pleito de prorrogação seja analisado pela fiscalização do contrato, ressalvadas as situações comprovadas de caso fortuito ou força maior.

Do Local de Execução dos Serviços

A prestação dos serviços ocorrerá de forma mista, compreendendo as seguintes modalidades:

Levantamentos Ambientais: Ocorrerão *in loco* nas dependências do Paço Municipal, secretarias, pátios e demais frentes de trabalho do Município de Guaporema/PR.

Atendimento Clínico (Exames): Ocorrerá nas instalações da clínica principal ou rede credenciada disponibilizada pela Contratada, localizada no município de Guaporema/PR. Caso a Contratada não possua clínica no município, os exames deverão ser agendados junto à Secretaria Municipal de Saúde para a utilização das dependências do Município. Nesta hipótese, a Contratada deverá fornecer os médicos para a realização dos exames, sendo expressamente vedado que estes profissionais façam parte do atual corpo clínico do Município.

Entrega Documental e e-Social: A entrega dos laudos, prontuários, recibos de entrega XML e ASOs dar-se-á de forma estritamente digital, em formato PDF pesquisável e com assinatura eletrônica no padrão ICP-Brasil.

DA GARANTIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Tratando-se de serviço técnico especializado, a garantia contratual constitui-se na Responsabilidade Técnica (RT) assumida pela Contratada sobre a integralidade dos laudos emitidos e dados transmitidos, não se limitando aos ditames do Código de Defesa do Consumidor.

A Contratada garantirá a exatidão, a qualidade técnica e a conformidade legal de todos os documentos gerados, obrigando-se a refazer ou corrigir, sem qualquer ônus adicional ao Município de Guaporema, os laudos, programas ou transmissões ao e-Social que apresentarem erros, omissões, inconsistências ou que venham a ser rejeitados pelo sistema do Governo Federal.

A responsabilidade por correções e retificações sistêmicas no e-Social perdurará durante toda a vigência do contrato e abrangerá os fatos geradores ocorridos no período da prestação dos serviços.

GESTÃO DO CONTRATO

O objeto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, os termos deste documento e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão dos serviços (devidamente justificados pela Administração), o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o Município de Guaporema/PR e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) para este fim, inclusive para o envio de solicitações de exames e cobranças de recibos do e-Social.

O Município poderá convocar o representante ou o Médico/Engenheiro Responsável Técnico da empresa para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a emissão da Ordem de Serviço, o Município poderá convocar o representante da contratada para uma reunião inicial (presencial ou por videoconferência) para o alinhamento do plano de fiscalização, definição do fluxo de troca de dados para o e-Social, método de aferição dos resultados e apresentação das sanções aplicáveis em caso de atraso.

Da Atuação da Fiscalização Técnica e Administrativa

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) municipal(is) formalmente designado(s), competindo-lhes:

Ao Fiscal Técnico:

Acompanhar a execução dos serviços para que sejam cumpridas todas as exigências (elaboração de PGR, PCMSO, LTCAT, LIP, PPP e ASOs), de modo a assegurar os melhores resultados à Administração;

Anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências, determinando prazo para a regularização de faltas, laudos inconsistentes ou defeitos observados;

Identificada qualquer inexatidão, emitir notificações para correção imediata;

Informar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as situações que exijam decisões superiores, bem como ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas (ex: falhas no envio do evento S-2240);

Comunicar ao Gestor, com a devida antecedência, o término da vigência para fins de renovação ou prorrogação.

Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal/trabalhista da Contratada a cada pagamento;

Acompanhar o andamento do empenho, o fluxo de pagamento, as eventuais glosas por serviços não prestados e a formalização de apostilamentos;

Atuar tempestivamente na solução de descumprimentos de obrigações formais, reportando ao Gestor quando a resolução ultrapassar sua competência.

Da Atuação do Gestor do Contrato

Competirá ao Gestor do Contrato, nomeado por portaria pela autoridade competente:

Coordenar a atualização do processo de acompanhamento, contendo todos os registros formais (Ordem de Serviço, notificações, alterações e prorrogações), elaborando relatórios sobre a necessidade de adequações;

Acompanhar as anotações realizadas pelos Fiscais e as medidas saneadoras adotadas, elevando à autoridade superior os casos críticos;

Emitir o documento comprobatório de avaliação, atestando o cumprimento das obrigações pela Contratada com base nos indicadores de desempenho, o qual servirá de base para o pagamento;

Tomar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização e aplicação de sanções (art. 156 da Lei nº 14.133/2021) caso a empresa cometa infrações;

Elaborar relatório final detalhando a consecução dos objetivos da contratação e sugerindo aprimoramentos para as futuras atividades da Administração.

Da Substituição do Instrumento Contratual

Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, considerando o enquadramento em dispensa de licitação em razão do valor, o instrumento de contrato **poderá ser substituído por documento equivalente**, tal como a Nota de Empenho de Despesa.

Ressalta-se que a eventual substituição do termo formal de contrato pela Nota de Empenho não exime a Contratada de nenhuma de suas obrigações, **permanecendo inalterado o rigor da fiscalização**. A execução dos serviços continuará sendo rigorosamente acompanhada pelo servidor municipal designado (Gestor/Fiscal), que verificará, de forma contínua, o cumprimento de todos os prazos de entrega dos laudos e das transmissões ao e-Social, aplicando as glosas e sanções cabíveis em caso de inadimplemento.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

1. Do Recebimento Provisório

1.1. Os serviços prestados e os respectivos documentos comprobatórios (PGR, PCMSO, LTCAT, LIP, PPP, ASOs e arquivos/recibos XML do e-Social) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(s) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade técnica com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

1.2. Os serviços, laudos ou eventos de mensageria poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as normativas do Ministério do Trabalho, e-Social ou com as especificações deste documento. Nesse caso, deverão ser refeitos, retificados ou complementados no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas exclusivas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

2. Do Recebimento Definitivo

2.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação rigorosa da qualidade técnica, da regularidade dos dados transmitidos e da quantidade dos serviços executados, com a consequente aceitação mediante ateste formal no documento de cobrança.

2.2. Considerando que a contratação decorre de despesa cujo valor se enquadra no limite legal (inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021), reafirma-se que o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências operacionais para a aferição do atendimento das exigências contratuais (como a conferência em lote de recibos do e-Social ou auditoria de prontuários médicos).

3. Das Controvérsias e Saneamento de Inconsistências

3.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto (quanto à dimensão, qualidade ou quantidade de serviços faturados), deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para a emissão de Nota Fiscal/Fatura restrita à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento imediato.

3.2. O prazo utilizado pela Contratada para a solução de inconsistências na execução dos serviços (correção de laudos/ASOs) ou para o saneamento de erros na nota fiscal, verificados pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para os fins de prazo do recebimento definitivo.

4. Da Responsabilidade Remanescente

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá, sob nenhuma hipótese, a responsabilidade civil pela exatidão e validade dos laudos técnicos emitidos, bem como a responsabilidade ético-profissional, médica e de engenharia, pela perfeita execução do contrato, que se estenderá conforme os prazos prescricionais previstos na legislação pátria.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f)eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer somente após a prestação dos serviços do mês de referência. Para que a fiscalização emita o ateste e libere o pagamento, a Contratada deverá entregar obrigatoriamente, em anexo à Nota Fiscal, os seguintes documentos:

Certidões de Regularidade (CNDs): Comprovação de que a empresa mantém as condições de habilitação, apresentando as certidões negativas (ou positivas com efeito de negativas) de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo o INSS), FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio da Contratada.

Das Retenções e Glosas

Caso a Nota Fiscal ou a documentação comprobatória apresente erros, omissões ou não seja entregue a comprovação de envio das obrigações ao e-Social, o prazo de pagamento será suspenso e o documento devolvido à Contratada para as devidas correções, passando a fluir um novo prazo de pagamento a partir da reapresentação regular dos documentos.

A Administração Municipal efetuará a **glosa** (retenção de valores) na fatura mensal correspondente aos serviços não executados, exames agendados e não realizados por culpa da clínica, ou envios não efetuados ao e-Social, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis. 3.3. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições previstos na legislação pátria aplicável à prestação do serviço, cabendo à Contratada destacar os respectivos percentuais na Nota Fiscal, quando exigido por lei.

Das Vedações

É expressamente vedada a negociação, o desconto ou a operação de *factoring* (faturização) das Notas Fiscais/Faturas emitidas contra o Município de Guaporema/PR junto a instituições financeiras ou terceiros.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pender de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, podendo o Município compensar os valores devidos com os créditos da Contratada.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

A presente contratação será processada mediante contratação direta, por meio de **Dispensa de Licitação na forma Eletrônica**, com fulcro no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista que o valor global estimado para a prestação dos serviços contínuos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, no período de 12 (doze) meses, é inferior ao limite legal estabelecido para compras e outros serviços. O rito processual obedecerá ao disposto no regulamento municipal vigente e, subsidiariamente, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

A adequação à legislação trabalhista e previdenciária é uma obrigação inadiável do Município de Guaporema/PR, que conta atualmente com cerca de 250 servidores ativos. A ausência de laudos atualizados (PGR, LTCAT e LIP) e a não transmissão tempestiva dos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho (S-2210, S-2220 e S-2240) ao **e-Social** expõem a Administração a multas automáticas pela Receita Federal, além de passivos trabalhistas decorrentes do pagamento indevido de adicionais de insalubridade e periculosidade. Dessa forma, a contratação direta justifica-se pela necessidade imediata de resguardar o erário e garantir a conformidade legal da Prefeitura.

Considerando a natureza dos serviços de saúde ocupacional, que demandam a realização contínua e célere de exames admissionais, demissionais, periódicos e de retorno ao trabalho, o deslocamento dos servidores torna-se um fator crítico para a gestão pública. O envio de servidores para centros urbanos distantes acarreta custos excessivos com logística (transporte da frota municipal) e gera o afastamento prolongado do colaborador de suas funções, impactando negativamente a continuidade dos serviços prestados à população.

Diante disso, em estrita observância aos princípios da eficiência e da economicidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), fica estabelecido que a empresa contratada (independentemente do local de sua sede administrativa) deverá disponibilizar infraestrutura física — seja por meio de clínica própria ou rede credenciada/subcontratada — localizada no município de Guaporema/PR. Na hipótese de não possuir clínica no município, o atendimento ocorrerá nas dependências do Município, mediante agendamento prévio junto à Secretaria de Saúde, devendo a Contratada fornecer os médicos necessários, os quais não poderão integrar o corpo clínico do Município. Esta delimitação é estritamente necessária para viabilizar o cumprimento dos prazos do PCMSO, garantir o pronto atendimento aos servidores e não onerar injustificadamente os cofres públicos com despesas de deslocamento.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* e M*unicipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (dispensável no caso do Microempreendedor individual);

Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

a) Apresentação de 01 (um) ou mais atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar, explicitamente, que a empresa já executou de forma satisfatória os seguintes serviços de forma integrada: a) Elaboração, implementação e coordenação de PGR, PCMSO, LTCAT, Laudos de Insalubridade e Periculosidade (LIP) e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); b) Execução contínua de exames médicos ocupacionais clínicos (admissionais, periódicos, demissionais, etc.); c) Gestão, geração e transmissão de dados de SST para o sistema do e-Social (eventos S-2210, S-2220 e S-2240).

b) **Alvará Sanitário vigente**;

C) A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro de pessoal ou societário, na data da sessão pública, os profissionais de nível superior abaixo relacionados, que serão os Responsáveis Técnicos (RT) pela execução do contrato: **01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho**, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); **01 (um) Médico Especialista em Medicina do Trabalho**, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM).

Critério de Comprovação: A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa licitante dar-se-á mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Contrato Social (caso sejam sócios), contrato de prestação de serviços ou declaração formal de compromisso de contratação do profissional caso a empresa sagre-se vencedora do certame.

d) Apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da empresa licitante nas entidades

profissionais competentes, de acordo com sua atividade básica, a saber: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); Conselho Regional de Medicina (CRM). Os registros apresentados deverão estar perfeitamente válidos. Sendo a empresa vencedora sediada em outro Estado, fica estabelecida a obrigatoriedade de apresentação do "visto" no Conselho Regional correspondente do Estado do Paraná (CREA-PR e CRM-PR) para o início da execução contratual.
e) Declaração formal, assinada pelo representante legal, de que a licitante possui infraestrutura própria ou disponibilizará rede credenciada (subcontratada) dotada de Alvará Sanitário vigente, expedido pela Vigilância Sanitária local, para a realização dos exames complementares e laboratoriais no município de Guaporema/PR. Alternativamente, caso não possua clínica no município, declaração formal de que utilizará as dependências do Município para a realização dos exames, mediante agendamento junto à Secretaria de Saúde, comprometendo-se a fornecer médicos que não façam parte do corpo clínico do Município de Guaporema/PR.

Todos os documentos, certidões e declarações exigidos para fins de habilitação deverão estar com seus prazos de validade em vigor na data estipulada para a apresentação das propostas na plataforma da Dispensa Eletrônica.
Para os documentos que **não apresentarem prazo de validade expresso em seu corpo** pelo órgão expedidor, será considerado o prazo de validade de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua emissão.
A regra dos 90 (noventa) dias não se aplica a atestados de capacidade técnica, que possuem validade indeterminada, e aos documentos de regularidade fiscal e trabalhista que possuam prazo de vigência próprio estabelecido por lei ou pelo órgão emissor.

Outros documentos

Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até **90 (noventa) dias** a contar da data de emissão;

Declaração de Responsabilidade Unificada, contendo os seguintes dizeres:

Prezado (as) Senhores (as):

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na , por meio de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

( ) Declaramos, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente Pregão Eletrônico, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

( ) Declaramos, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

( ) Declaramos estar cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos;

( ) Assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

( ) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei nº 8.213/91;

( ) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;

( ) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos Processos Licitatórios/de Contratação Direta, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº ....…, inscrito (a) no CPF sob nº ....., cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato;

( ) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III, do art. 5° da Constituição Federal.

( ) Declaramos, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: Telefone: ( )

Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometemo-nos a protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o(a) senhor (a)....., portador (a) do CPF/MF sob n.º xxxxxxxx, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao **PROCESSO DE DISPENSA ELETRÔNICA** N.º xxxxxxx/xxxxxxxxx e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, a Contratada obriga-se a:

Execução Fiel e Integral: Executar os serviços em rigorosa conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos laudos e exames realizados.

Responsabilidade Técnica (ART/RT): Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o CREA referente aos serviços de Engenharia de Segurança (PGR e LTCAT) e indicar o Médico do Trabalho Coordenador perante o CRM responsável pelo PCMSO.

Elaboração de Laudos e Programas: Elaborar, implantar e manter devidamente atualizados o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

Infraestrutura e Distância Máxima (40 km): Disponibilizar infraestrutura clínica (própria ou subcontratada) localizada no município de Guaporema/PR, para a realização ágil dos exames ocupacionais e avaliações psicossociais. Na falta de clínica no município, a Contratada obriga-se a agendar os exames junto à Secretaria de Saúde para a utilização das dependências municipais. Neste caso, a Contratada será integralmente responsável por fornecer os médicos para os atendimentos, sendo expressamente vedada a utilização de profissionais que já façam parte do corpo clínico do Município.

Gestão Sistêmica e Mensageria (e-Social): Fornecer o sistema de software e realizar, rigorosamente dentro dos prazos legais, a geração dos arquivos XML e a transmissão ao Governo

Federal dos eventos S-2210 (CAT), S-2220 (Monitoramento da Saúde) e S-2240 (Condições Ambientais) do e-Social.

Refazimento de Serviços: Refazer, às suas próprias expensas e dentro do prazo estipulado pelo Fiscal do Contrato (máximo de 5 dias), laudos, atestados (ASOs) ou transmissões sistêmicas que apresentarem erros, omissões ou que forem rejeitados pela plataforma governamental.

Sigilo Médico e LGPD: Manter absoluto sigilo sobre os prontuários médicos e exames dos servidores, em estrita obediência ao Código de Ética Médica e à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), sendo vedado o compartilhamento de dados com terceiros sem autorização formal.

Designação de Preposto: Indicar formalmente, no ato da assinatura do contrato, um preposto (representante legal ou gerente de conta) para representar a empresa perante a Administração Municipal de Guaporema, com poderes para tomar decisões operacionais e responder prontamente às demandas da fiscalização.

Regularidade Fiscal e Trabalhista: Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando as Certidões Negativas de Débitos (CNDs) sempre que solicitado ou a cada faturamento.

Ônus Trabalhistas e Previdenciários: Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do contrato, isentando o Município de Guaporema de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária sobre o vínculo empregatício dos profissionais da Contratada.

Equipamentos e EPIs da Equipe: Fornecer à sua equipe técnica (engenheiros, técnicos e médicos) que realizará as vistorias *in loco* nos setores da Prefeitura todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, bem como os aparelhos de medição devidamente calibrados (dosímetros, luxímetros, etc.).

Descarte de Resíduos Biológicos: Assegurar que os Resíduos de Serviços de Saúde (perfurocortantes, materiais biológicos, etc.) gerados durante os exames clínicos/laboratoriais sejam descartados conforme as diretrizes da ANVISA e do CONAMA (Plano de Gerenciamento de Resíduos - PGRSS).

Suporte Técnico e Atendimento: Garantir canal de comunicação direto (telefone, WhatsApp institucional ou e-mail) para o atendimento ágil às solicitações da equipe de Recursos Humanos da Prefeitura, especialmente para agendamento de exames admissionais e emissão urgente de CAT.

Transição e Devolução de Dados: Entregar, ao final da vigência contratual (ou em caso de rescisão), cópia integral (backup digital) de todo o banco de dados dos servidores, laudos em PDF e prontuários vinculados ao município, não podendo reter informações públicas sob a alegação de propriedade de software.

Obrigações da Contratante

Para a fiel execução dos serviços, o Município, por intermédio de seus órgãos competentes, obriga-se a:

1. Fornecimento de Dados Cadastrais: Fornecer à Contratada, de forma organizada e tempestiva, a relação nominal e completa de todos os servidores ativos (base de dados do RH), contendo nome, CPF, cargo, função, lotação, jornada de trabalho e demais dados necessários para a carga inicial sistêmica (Evento S-2240).

2. Livre Acesso às Instalações: Garantir o livre acesso dos profissionais técnicos da Contratada (engenheiros, médicos e técnicos) a todas as dependências, secretarias, pátios, escolas, unidades de saúde e demais frentes de trabalho da Prefeitura, para a realização dos levantamentos ambientais exigidos para o PGR e LTCAT.

3. Comunicação Tempestiva de Eventos (RH): Comunicar oficialmente à Contratada, com a devida antecedência ou dentro dos prazos operacionais pactuados:

A necessidade de agendamento de exames admissionais e demissionais;

O retorno ao trabalho de servidores afastados por mais de 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente;

A ocorrência de qualquer Acidente de Trabalho (mesmo sem afastamento), comunicando o fato imediatamente para que a Contratada possa gerar a CAT (Evento S-2210) até o primeiro dia útil seguinte.

4. Designação da Fiscalização: Designar formalmente, por meio de Portaria, o Gestor e o(s) Fiscal(is) do Contrato (Técnico e Administrativo), que serão os interlocutores oficiais do Município perante a Contratada para dirimir dúvidas, cobrar prazos e atestar as faturas.

5. Cumprimento das Diretrizes de Saúde: Acatar e fazer cumprir, em âmbito gerencial, as recomendações técnicas expressas no PGR e no PCMSO, abstendo-se de alocar servidores em atividades para as quais tenham sido considerados clinicamente "Inaptos" no ASO.

6. Pagamento Regular: Efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela fiscalização, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, condicionando a liberação à entrega dos respectivos laudos e/ou recibos de transmissão (XML) do e-Social.

7. Aplicação de Sanções: Promover, garantida a ampla defesa e o contraditório, a aplicação das penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste documento, caso a Contratada descumpra quaisquer das obrigações assumidas ou cause prejuízos (ex: multas da Receita Federal) ao erário municipal.

8. Acompanhamento de Subcontratadas: O Município reserva-se o direito de fiscalizar e exigir, a qualquer tempo, a documentação de regularidade sanitária e profissional (Alvará e registro de

conselho) de qualquer clínica ou laboratório subcontratado pela empresa principal para a realização de exames complementares.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que inexecutar total ou parcialmente as obrigações assumidas, ensejando, garantida a prévia defesa e o contraditório, a aplicação das seguintes sanções:

1. Advertência Será aplicada formalmente por escrito quando a Contratada praticar infrações de menor potencial ofensivo, tais como pequenos atrasos injustificados no agendamento de exames periódicos ou falhas procedimentais que não gerem prejuízo financeiro ou fiscal ao Município de Guaporema/PR, e que possam ser sanadas de imediato.

2. Multas (Moratórias e Compensatórias) A multa será aplicada em virtude de atraso injustificado ou inexecução contratual, sendo calculada sobre o valor total atualizado do contrato (ou da parcela inadimplida), podendo ser descontada diretamente da nota fiscal/fatura devida à Contratada, conforme as seguintes gradações:

Tipo de Infração	**Situação Específica (Exemplos)**	**Percentual da Multa**
Multa Moratória (Por Atraso)	Atraso na entrega dos laudos iniciais (PGR, PCMSO, LTCAT, LIP e PPP) após o prazo de 30 dias de implantação.	**0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, calculado sobre o valor do serviço/lote não entregue, até o limite de 10% (dez por cento).
Multa Compensatória Leve	Descumprimento de SLA de agendamento de ASOs; recusa injustificada de realizar exame; emissão de ASO com inconsistências técnicas não corrigidas no prazo.	**2% (dois por cento)** sobre o valor mensal faturado, por ocorrência documentada pelo Fiscal do Contrato.

Tipo de Infração	Situação Específica (Exemplos)	Percentual da Multa
Multa Compensatória Grave (e-Social)	Falha, omissão ou atraso na transmissão dos Eventos S-2210 (CAT), S-2220 e S-2240 ao Governo Federal, resultando em rejeição pelo e-Social.	**5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, por lote de envios não realizado, sem prejuízo do ressarcimento integral de eventuais multas aplicadas pela Receita Federal ao Município.
Multa por Inexecução Total	Abandono dos serviços, recusa em corrigir laudos reprovados tecnicamente, paralisação sem justa causa ou perda de Alvará Sanitário pela clínica.	**15% (quinze por cento)** sobre o valor total atualizado do contrato ou instrumento equivalente, ensejando a rescisão unilateral.

Caso o Município de Guaporema seja autuado ou multado pelos órgãos de fiscalização federal (Ministério do Trabalho, Previdência ou Receita Federal) em decorrência exclusiva de erro, negligência ou atraso da Contratada na transmissão dos eventos de mensageria, o valor integral da multa federal será cobrado de forma regressiva da Contratada, podendo ser retido cautelarmente dos pagamentos mensais.

3. Impedimento de Licitar e Contratar Será aplicada à Contratada que inexecutar total ou parcialmente o contrato sem justificativa, deixar de entregar a documentação exigida, ou não mantiver a proposta, acarretando o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Guaporema/PR pelo prazo máximo de **até 3 (três) anos**.

4. Declaração de Inidoneidade Será aplicada nas hipóteses mais graves, tais como a apresentação de declaração falsa (ex: falsificação de Alvará Sanitário ou de Atestados de Capacidade Técnica), fraudes na execução (ex: atestar a realização de exames não efetuados), ou subcontratação irregular de laboratórios sem habilitação, com prazo de vigência de **3 (três) a 6 (seis) anos**, com abrangência em todas as esferas de governo (União, Estados e Municípios).

Da Aplicação e Cumulação

5.1. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da Contratada de reparar os danos causados ao erário municipal ou a terceiros (incluindo servidores que venham a ser prejudicados na emissão de seus PPPs eletrônicos).

5.2. As penalidades de Multa podem ser aplicadas cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Declaração de Inidoneidade.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de ***R$43.222,45 (quarenta e três mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).***

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados pela seguinte dotação orçamentária:

Fonte de recursos	Valor: **R$43.222,45**
Código para despesa	100, 230, 4010, 900, 1380, 1550, 1700, 4060
Fonte de despesa	0000, 104, 303
Natureza de despesa	3.3.90.39.05.00 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA COMERCIAL

Ao
MUNICÍPIO DE GUAPOREMA
Ref. Dispensa Eletrônica Nº 007/2026

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

1.1. Razão Social:

1.2. CNPJ: Inscrição Estadual:

1.3. Endereço Completo:

1.4. Telefone/Fax: E-mail:

1.5. Dados Bancários:

1.6. **Representante Legal que Assinará o Contrato:**

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

2. CONDIÇÕES GERAIS:

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação e que nos preços propostos contemplam todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (*obrigações sociais, impostos, taxas etc.)*, cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

3. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Marca	Unitário	Valor Total
01						

4. CONDIÇÕES COMERCIAIS:

4.1. **Garantia:**

4.2. **Prazo de Entrega:**

4.3. **Condição de Pagamento:**

4.4. **Validade da Proposta:**

DECLARO QUE ESTOU CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO AVISO DE CONTRATAÇÃO E EM SEUS ANEXOS.

1) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.

2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de contratação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.

3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

4) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco: _____

Agência:_____

Conta Corrente:_____

Caso seja a empresa vencedora os pagamentos vão ser depositados na conta informada acima.

(colocar data e assinatura do representante legal)

Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do participante, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail válido do próprio participante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA

Estado do Paraná

Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA N° 007/2026

Por este instrumento, a empresa_____, sediada em _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, outorga poderes a _____, portador(a) do documento de identidade n° _____, inscrito (a) no CPF/MF sob o n° _____, para representá-la na **Dispensa de Licitação nº 007/2026 da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA** podendo o mandatário praticar todos os atos relativos ao processo, notadamente: formular ofertas; assinar os documentos do processo de dispensa de licitação; negociar preços; interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los.

_____

(assinatura, nome e CPF do REPRESENTANTE LEGAL)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA N° 007/2026

Prezado (as) Senhores (as):

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na , por meio de seu representante legal infra-assinado, que:

a) Declara, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

b) Declaramos, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente Processo de Dispensa Eletrônica, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declaramos, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

d) Declaramos estar cientes e concordamos com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

e) Assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

f) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei nº 8.213/91;

g) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;

h) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos Processos Licitatórios/de Contratação Direta, instaurados por esta municipalidade, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade/RG sob nº .....…, inscrito (a) no CPF sob nº ....., cuja função/cargo é ..... (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da ata de registro de preços ou contrato, caso necessário;

h) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III, do art. 5° da Constituição Federal.

i) Declaramos, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que o Contrato (caso necessário) seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )

j) Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometemo-nos a protocolar pedido de alteração junto a Prefeitura de Guaporema, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos.

k) Nomeamos e constituímos o(a) senhor(a) ....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente a Dispensa Eletrônica nº **007/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

_____, _____de _____ de _____

(nome e CPF, completo do representante da empresa e assinatura)

(nome e CNPJ, completo da empresa e assinatura).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA

Estado do Paraná

Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO Nº */202__**

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado a Prefeitura de Guaporema**,** inscrita no CNPJ sob n° 75.378.844/0001-70, com sede à Rua Pará, 86 - centro, nesta cidade de Guaporema - PR, neste ato representada pelo prefeito municipal Senhor Gilberto Castiglioni, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CNPF sob n.º 484.760.729-53, portador da carteira de identidade com RG sob n.º 3.613.868-8 SSP/PR, residente e domiciliado neste município, sito a Rua Odecam Macedo Campos n.º 261, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado do _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da Cédula de Identidade, RG nº _____, e inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado do _____, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

I - O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 1143/2026, no Processo de Dispensa de Licitação n° **007/2026**, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 75, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - Dispensa de Licitação a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, contemplando a elaboração de laudos avaliações psicossociais e a gestão e envio dos eventos de SST ao e-Social, para atender aos servidores do Município de Guaporema/PR, conforme segue:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
001	001	Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) anual, com respectivas avaliações, elaborado por engenheiro de segurança do	Unidade	01	R$	R$

		trabalho ou médico do trabalho devidamente registrado no CREA e/ou CRM/RQE, conforme NR-01, aprovada pela portaria SEPRT n.º 6730/2020 e atualizações posteriores, bem como demais legislações aplicações de segurança e saúde do trabalho.				
001	002	Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional. Elaborar, atualizar, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do Relatório Anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO com fornecimento dos exames necessários identificados no PCMSO e do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP observando o disposto na NR-7, Portaria SEPRT n.º 6734, de 09 de março de 2020 e atendimento ao e-Social, e Coordenar o PCMSO. Incluindo exames admissionais, demissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e de mudança de riscos ocupacionais, bem como exames clínicos e complementares necessários. Enviar os dados para e-Social conforme S-2220 ou norma que o substituir.	Unidade	01	R$	R$
001	003	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, elaboração conforme IN do INSS. Enviar os dados para e-Social conforme S-2240 ou norma que o substituir.	Unidade	01	R$	R$
001	004	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Unidade	01	R$	R$
001	005	Avaliações Psicossociais, nos	Unidade	250	R$	R$

		termos da NR-01 do Ministério do Trabalho e Emprego, emitida por psicólogo.				
001	006	Elaboração do PPP – Perfil Profissiográfico dos servidores em formato eletrônico conforme exigências do Esocial, da IN Pres/INSS N.º 128/2022, a partir de estudos das atividades realizadas e análises profissiográficas	Unidade	100	R$	R$

Parágrafo Único: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

I – Formalização da Demanda;

II – A Proposta do Contratado;

III – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo de Dispensa de Licitação nº 007/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR (ES) E FISCAL (IS)

I - Indica-se como **GESTOR DE CONTRATO:** o Sr. XXXXXXXXXXXX;

II - como **FISCAL DE CONTRATO:** o(a) Sr(a) XXXXXX.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

I - O prazo de vigência da contratação será de até **12 (doze) meses,** tendo início em _____ **de** _____ **de** _____ **e com término em** _____ **de**_____ **de** _____, **ou até a finalização da entrega do objeto,** sendo, contudo, prorrogável por igual período, por conveniência e oportunidade da Administração, na forma dos artigos 105 e 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com o Contratado.

II – Em caso de prorrogação, deverá ser analisado se o Contratado mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Parágrafo Segundo: A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme inciso II, da cláusula vigésima, do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

I – O valor total da presente contratação é de R$XXX,XXX(XXXXXXXXXXXXXXXXX);

II

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

III

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos;

Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será realizado em parcela única, por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente, a serem indicados pelo Contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I

– O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias, contados da entrega,** com o recebimento da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal de Guaporema;

II

Na emissão das notas fiscais para fins de pagamento a Contratada deverá observar:

a) As regras de retenção do Imposto de Rendas dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, e alterações posteriores, bem como as disposições previstas no Decreto Municipal nº 3185/2023 de 06 de setembro de 2023, mediante instruções da Secretaria Municipal de Fazenda, sob pena de não aceitação por parte da Contratante.

III

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, por meio de Termo de Recebimento ou Recibo;

IV

Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

V

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento, até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Parágrafo Primeiro: O Contratado deve manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação de acordo com o Artigo 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula, fica condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação de regularidade fiscal do Contratado, verificada por meio dos documentos elencados no art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa do Contratado, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

Parágrafo Quarto: Constatando-se quaisquer irregularidades por parte do contratado, será providenciada sua notificação por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Quinto: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Parágrafo Sexto: Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Parágrafo Sétimo: Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Parágrafo Oitavo: As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Prefeitura Municipal de Guaporema-Pr., conforme solicitado.

CLÁUSULA OITAVA – DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO

I - **O CONTRATADO,** quando da emissão de notas fiscais/faturas/recibo, deverá fazer constar o Processo de **Dispensa de Licitação nº 007/2026** e o Contrato nº xxxxxxxxxx/2026.

Parágrafo Único: As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome da Prefeitura Municipal de Guaporema, com CNPJ nº **75.378.844/0001-70,** com as informações contidas na Nota de Empenho.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

I

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em_____de_____de 2026;

II

Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;

III

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

IV

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

V

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

VI

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;

VII

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

VIII

O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

I - As despesas com o presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código para despesa	100, 230, 4010, 900, 1380, 1550, 1700, 4060
Fonte de despesa	0000, 104, 303
Natureza de despesa	3.3.90.39.05.00 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS:

I - O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Termo de Referência, anexo ao Processo de Dispensa de Licitação nº 007/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

I - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

I - Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

I

O prazo de entrega do objeto será conforme termo de referência.

II

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

III

IV

O objeto será entregue no seguinte local conforme determinado no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

I

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da entrega realizada, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;

II

A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

III

O fiscal do contrato anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato,

determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV

A conformidade do material a ser entregue, deverá ser verificada junto ao documento do Contratado que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades;

V

O Contratado deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII

Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto, nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;

VIII

A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Além das obrigações exigidas em Lei, o **CONTRATANTE** deverá:

II

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;

III

Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente contrato;

IV

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações estabelecidas no presente contrato, no Termo de Referência, bem como na proposta do Contratado, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

V

Notificar o Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em

partes, às suas expensas;

VI

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por meio de servidor especialmente designado;

VII

Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VIII

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente contrato;

IX

Aplicar ao Contratado as sanções previstas em Lei e no presente contrato;

X

Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XI

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pelo Contratado, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

a)

prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.

XII

Notificar os emitentes da (s) garantia (s) no contrato, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Parágrafo Único: O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

I - Além das obrigações exigidas em Lei, o **CONTRATADO** deverá:

II

Cumprir todas as obrigações constantes do presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

III

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

IV

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

V

Comunicar o Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI

Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

VII

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VIII

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

IX

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

X

Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a)

rova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b)

ertidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c)

ertidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

d)

ertidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e)

ertidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

XI

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

XII

Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;

XIII

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XIV

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;

XV

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XVI

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;

XVII

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XVIII

Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

a)

Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, o Contratado deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;

b)

pedido a que se refere a alínea “a” deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

c)

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

d)

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

e)

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;

f)

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;

g)

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

h)

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

i)

Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;

j)

Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula oitava do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o **CONTRATADO** que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica/processo de inexigibilidade ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;

II

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

a) **Advertência,** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do inciso acima descrito, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

d) **Multa:**

1.

oratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, atéo limite de 30 (trinta) dias;

1.1.

atraso superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021);

2.

oratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

3.

ompensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de

reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

IV

Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);

V

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

VI

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

VII

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

VIII

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para ao Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

Parágrafo Primeiro: A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora Contratante, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou

de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Quarto: O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

Parágrafo Quinto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, são passíveis de reabilitação, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONOA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO:

I - O CONTRATANTE poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

I

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

II

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

III

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

IV

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

V

A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

VI

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas;

Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará o CONTRATADO à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

Parágrafo Segundo: Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa do CONTRATADO, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO:

I - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO/PROPOSTA:

I - O presente contrato é oriundo do Processo de Dispensa de Licitação nº 007/2026, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:

I - **O CONTRATADO** não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS:

I - Correrão à conta do **CONTRATADO** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:

I - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:

I - A abstenção por parte do **CONTRATANTE**, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

I

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e serão analisadas por meio de processo administrativo próprio;

a)

m caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local ou

regional;

II

Os serviços não ajustados no presente contrato, que porventura venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, "a" desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/21;

a)

CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

b)

Supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:

I - O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de Guaporema/PR e/ou em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA– DO FORO:

I - É eleito o Foro da Comarca de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Guaporema - Pr, _de____de _____.

Gilberto Castiglioni

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

RG

_____

RG